



SEMINÁRIO AVALIAR PARA AVANÇAR

Brasília, 9 e 10 de novembro de 2006

Oficina 1: O futuro do mestrado profissional

Vahan Agopyan*

Roberto Lobo**

1. INTRODUÇÃO

Dentre as comemorações dos 55 anos da CAPES e dos 30 anos da implantação da avaliação da pós-graduação brasileira, foi organizado o seminário *‘Avaliar para avançar’*. Demonstrando a importância e a atualidade do assunto, o Mestrado Profissional foi tema de uma das 5 oficinas organizadas para o evento. A Agência acredita que esse tipo de Mestrado contribui de maneira eficiente para o desenvolvimento do País, e por isso vem incentivando a sua implantação, porém sempre mantendo o padrão CAPES de qualidade, pois o título de Mestre é equivalente ao acadêmico.

A oficina teve como expositores e relatores o Prof. Roberto Lobo, ex-reitor da Universidade de São Paulo e diretor da Lobo e Associados e o Prof. Vahan Agopyan, docente da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e diretor presidente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, e contou com cerca de 50 participantes.

* Escola Politécnica da USP e Instituto de Pesquisas Tecnológicas

** Ex-Reitor da USP e diretor da Lobo e Associados



2. BREVE HISTÓRICO

A preocupação de se ter cursos de pós-graduação com enfoque mais profissionalizante, voltado à formação de profissionais de alto nível, não necessariamente para atuar na vida acadêmica, surgiu, de forma decisiva, em fins da década de 80, sendo intensamente discutida durante a década de 90 pelos diversos órgãos da Fundação. A Portaria nº 47 da CAPES, de 17 de outubro de 1995, já permitia a flexibilização do Mestrado, prevendo cursos dirigidos à formação profissional. Finalmente, com a portaria nº 80, de 16 de dezembro de 1998, o Mestrado Profissional foi formalizado e regulamentado, sendo um título com as mesmas prerrogativas do Mestrado Acadêmico.

Em 2005, foram lançados os formulários específicos (APCN) para solicitar a implantação de novos cursos de Mestrado Profissional e, agora, está em discussão uma proposta de formulário específico para a avaliação desses cursos. Até o momento, esses cursos são analisados e avaliados pelas comissões convocadas pelas diversas Áreas da CAPES, geralmente em conjunto com os demais cursos.

Um marco importante para a consolidação do Mestrado Profissional na estrutura da CAPES foi o seminário **‘Para além da Academia’**, organizado pela direção da Fundação, no campus da UNIFESP, em São Paulo, de 29 de março a 1 de abril de 2005. Neste evento, a direção da CAPES, os representantes de áreas e convidados debateram os temas centrais dos cursos profissionalizantes, como a demanda, o financiamento, a estrutura e a abordagem dos cursos e a transferência do conhecimento



para a sociedade. O número 4, do volume 2, da RBPG – Revista Brasileira de Pós-Graduação, publicada em julho de 2005, foi inteiramente dedicado a esse tema e às discussões do mencionado seminário.

Uma outra iniciativa marcante foi a dos coordenadores dos cursos de Mestrado Profissional, notadamente das instituições públicas, ou de caráter público, que se organizaram num Fórum Nacional. O primeiro encontro foi em maio de 2006, em São Paulo, o segundo foi no começo de novembro em Campo Grande, com mais de 40 participantes, e o próximo será no começo de maio de 2007, em Manaus. Nessas reuniões, além da troca de experiências, pode-se levantar as preocupações e as expectativas de quem está administrando esse tipo de curso. O Fórum pretende ser um processo de construção coletiva dos Cursos, com a contribuição dos diversos setores da sociedade envolvidos. Busca, para isso, contar com contribuições importantes que possibilitem que os Cursos possam efetivamente se constituir em núcleos de inovação científico-tecnológica e possam desempenhar seu papel no desenvolvimento do país.

3. SITUAÇÃO ATUAL

A idéia do Mestrado Profissional já está consolidada, com cursos estabelecidos com grande repercussão e reconhecimento na maioria das áreas de conhecimento, em todo o país. Nas tabelas seguintes são apresentados alguns dados. Entretanto, como será comentado mais adiante, ainda há muito preconceito, provavelmente, decorrente da falta de clareza acerca da identidade desse tipo de curso.



TABELA 1 - CURSOS DE MESTRADO PROFISSIONAL RECOMENDADOS PELA CAPES (dados de março de 2007)

GRANDES ÁREAS	MESTRADOS PROFISSIONAIS	MESTRADOS ACADÊMICOS	% MP EM RELAÇÃO AOS MESTR. ACADÊM.
Ciências Agrárias	5	257	2
Ciências Biológicas	8	200	4
Ciências da Saúde	40	381	10
<i>Odontologia</i>	15	49	31
<i>Saúde Coletiva</i>	12	33	36
Ciências Exatas e da Terra	10	239	4
Ciências Humanas	6	336	2
Ciências Sociais Aplicadas	38	266	14
<i>Administração</i>	23	62	37
<i>Economia</i>	12	36	33
Engenharias	32	245	13
Linguística, Letras e Artes	1	137	1
Outras	54	138	39
<i>Ensino de Ciências e Matem.</i>	16	21	76
<i>Multidisciplinar</i>	38	117	32
TOTAL GERAL	194	2.199	9

Pela tabela 1 constata-se que há uma concentração dos cursos em certas áreas, o que era de se esperar, pela característica do Mestrado Profissional. As Ciências da Saúde, principalmente a Odontologia e a Saúde Pública, as Ciências Sociais Aplicadas, quase que exclusivamente a Economia e a Administração, as Engenharias, como um todo, e a área Multidisciplinar, agregam 85% dos cursos oferecidos. Mesmo assim, áreas especialmente profissionalizantes, como a Enfermagem, a Farmácia, o Direito, as Ciências Agrárias, entre outras, têm um número muito restrito desse tipo de curso o que denota a não disseminação adequada do conceito em todas as áreas do conhecimento. A grande concentração de cursos na área Multidisciplinar (mais de 20%) expressa uma das principais características do conteúdo dos cursos profissionalizantes, já detectada no seminário de 2005, que normalmente não se restringem a um tema



disciplinar, mas procura formar os alunos numa visão mais ampla, multi ou pluri-disciplinarmente.

A distribuição regional é, como pode ser constatado pela tabela 2, bastante similar em todo o Brasil, com o Mestrado Profissional representando 9% dos mestrados oferecidos, exceto na região Norte, onde representam apenas 4%. Esta tabela foi incluída para destacar a distribuição dos programas de pós-graduação nas diversas regiões do País.

TABELA 2
DISTRIBUIÇÃO DOS MESTRADOS PROFISSIONAIS RECOMENDADOS
PELA CAPES POR REGIÃO GEOGRÁFICA (dados de março de 2007)

REGIÃO	TOTAL DE PROGRAMAS	TOTAL DE MESTRADOS ACADÊM.	MESTR. PROF.	% MP EM RELAÇÃO AOS MESTR. ACADÊM.
Centro-Oeste	171	153	15	10
Nordeste	416	367	36	10
Norte	102	96	4	4
Sudeste	1.254	1.134	101	9
Sul	494	449	38	8
TOTAL	2.437	2.199	194	9

4. TEMAS APRESENTADOS NA OFICINA

O Prof. Lobo começou relatando a sua experiência, como estudante, no exterior e apresentou uma série de questões / dúvidas para serem discutidas e que podem contribuir para melhor definição do Mestrado Profissional. As principais foram:

- **A falta de um programa de formação de docentes para o ensino superior:** temos uma pós-graduação para a formação de pesquisadores e de profissionais para o setor de produção, mas não temos um adequado aos docentes de ensino superior que não estão



nas universidades de pesquisa. No nosso país temos mais de 2000 instituições de ensino superior que necessitam de docentes bem preparados. Deve-se lembrar que a área de Ensino de Ciências e Matemática se preocupa com o ensino fundamental e médio.

- **A dificuldade de avaliação do curso e do trabalho final do aluno:** deve haver uma participação dos possíveis usuários, mas a dúvida é quem deve ser ouvido e como os setores de produção poderão avaliar. Para os trabalhos científicos, publicados em revistas especializadas, existe uma baliza natural que é o espaço disponível nos bons periódicos, gerando uma competição gerando padrões mínimos de aceitação. O que seria o equivalente para um Mestrado Profissional, que não fosse somente uma publicação em periódico especializado? Um resultado concreto atestado pelos usuários interessados? Uma patente utilizada por muitos usuários? Como estabelecer balizas consistentes?
- **Os entraves do financiamento:** a recomendação de autofinanciamento trouxe várias perturbações ao Mestrado Profissional, inclusive dificultando instituições públicas de propor esses cursos. Por que esta restrição. Não parece ser o melhor indicador de interesse pelo programa. Algumas instituições públicas, como os CEFET's e as universidades estaduais, já estão oferecendo o Mestrado Profissional sem ônus para o aluno, e até prevendo os gastos nos seus orçamentos. Seria preciso rever se esta decisão não foi tomada para evitar a concorrência com o Mestrado *'Stricto Sensu'*, o que seria, trocadilho inevitável, um contra senso.

O palestrante concluiu afirmando que a implantação do Mestrado Profissional foi uma abertura muito grande para a pós-graduação brasileira e resgatou as idéias iniciais do que é um Mestrado, embora ainda esteja faltando a formação de professores dirigida para o ensino superior. Questionou, finalmente, a necessidade de se ter nomes diferentes para os diferentes mestrados, que poderiam ter ênfases, como



científica, tecnológica, docente, etc, sendo que seria provavelmente mais realista se as carreiras com ênfase mais profissional priorizassem o mestrado profissional em detrimento do acadêmico;

A apresentação do Prof. Vahan começou com um relato cronológico da implantação desse tipo de curso de pós-graduação no nosso País, o que a Agência espera do Mestrado Profissional, os atuais critérios para a recomendação de um curso novo e para a avaliação de um curso em andamento. Esses critérios, resumidamente podem ser apresentados como:

- Existência de demanda para o curso;
- Condições físicas oferecidas pela instituição para o bom desenvolvimento das atividades (bibliotecas, informática, laboratórios, salas de estudo);
- Recursos financeiros disponíveis (o curso não, necessariamente, deve sobreviver das mensalidades dos seus alunos, podendo ter financiamento por convênios, projetos, etc.);
- Envolvimento com os setores externos (de produção ou social, conforme o escopo do curso), sua articulação com o ambiente profissional / social para o qual está voltado;
- Estrutura do curso (coerência entre as disciplinas oferecidas, as áreas de concentração, as linhas de pesquisa e os projetos de pesquisa);
- Qualificação e critérios de seleção do corpo docente;
- Caráter da produção docente, ao longo do curso e no trabalho de conclusão;
- Experiência acadêmica e profissional / social do corpo docente;
- Produção científica e profissional / social.

Na apresentação foram, também, citadas as dificuldades atuais. Esses problemas refletem nas instituições, que não conseguem claramente distinguir o Mestrado Profissional do Acadêmico, que têm



problemas de custeio (no caso das públicas), e até enfrentam certos preconceitos. Ocorrem, também, pela cultura da sociedade, com setores produtivos que pouco investem em inovação e que não privilegiam profissionais com formação de pós-graduação.

De qualquer forma, foi frisado que o sistema já está efetivamente implantado, pois temos quase 200 cursos em andamento. Mais ainda, em alguns cursos, a demanda é imensa com uma dezena de candidatos por vaga oferecida. Por fim, através do Mestrado Profissional, instituições cujo foco não é o ensino, como os institutos de pesquisa e os hospitais, estão tendo a oportunidade de difundir o seu conhecimento, e assim contribuir para a apropriação do conhecimento que produzem para toda a sociedade.

Ao ser aberta a palavra ao público houve um grande número de colocações e questionamentos. Os coordenadores de Programas / Cursos externaram várias preocupações listando uma série de preconceitos justos e injustos e os diversos problemas encontrados, inclusive da metodologia de avaliação da CAPES que não contempla adequadamente as especificidades desse tipo de curso. As experiências dos diversos cursos existentes foram apresentadas, com discussões muito ricas e cooperativas. Existem cursos de diversas formas com variadas apresentações e patrocínios, por isso, o foco da CAPES deve ser o de trabalhar nas características comuns, que contemplem todo e qualquer Mestrado Profissional.

Como sempre, no plenário foi solicitado o motivo que levou a CAPES a prever o Mestrado Profissional e se é necessário esse tipo de mestrado, nas condições nacionais. Foi novamente sugerida a possibilidade de existência de um só mestrado, com abordagem decidida pela instituição. Estas são questões recorrentes, que a própria platéia respondeu com a devida pertinência e que confirmam as dúvidas, que ainda persistem, no meio acadêmico.



5. PRINCIPAIS QUESTÕES APRESENTADAS

Procurando sistematizar o longo período de discussões, que se prolongou até o início da noite, sem intervalos, pode-se apontar os cinco itens seguintes:

- a. a necessidade de manter discussões, debates e encontros sobre o tema, pois a oficina foi extremamente interessante e propiciou aos coordenadores / participantes de Mestrados Profissionais a externarem os seus problemas e preocupações, além de trocar experiências e manter um diálogo direto com a CAPES. Há uma grande expectativa dos coordenadores dos Cursos de maior acompanhamento e de orientação de parâmetros e diretrizes gerais;
- b. o ponto básico a ser cuidado é a melhor definição da razão de ser do Mestrado Profissional, pois no público foram apresentadas propostas desde o de haver só um tipo de curso, com várias abordagens, até a necessidade de se ter diversos tipos de mestrados, com o de formação para docentes do ensino superior. O fato destacado foi de que não se conhece nenhum país que tenha o mestrado bem estruturado que ofereça um só tipo de curso;
- c. há uma dissociação dos pontos de vista dos órgãos superiores e da diretoria da CAPES com a prática. Vários coordenadores reclamaram do tratamento preconceituoso, da má vontade, do desprezo e de orientação confusa / conflitante das comissões de avaliação ou de visita. Mesmo o curso do Hospital Sarah Kubitscheck, de Brasília, apontado como um exemplo de sucesso de Mestrado Profissional, foi alertado que só poderia propor um doutorado se o mestrado fosse acadêmico. Esse exemplo foi usado como modelo de preconceito e de orientação falsa e intimidadora, pois formalmente, qualquer instituição pode solicitar o reconhecimento de um curso de doutorado, mesmo não tendo nenhum curso de mestrado;



- d. para um curso profissional, as definições de áreas de concentração, linhas de pesquisa, pesquisas e, principalmente, produtos não estão devidamente claras; elas são válidas para os cursos acadêmicos, mas não podem ser diretamente aplicadas aos cursos profissionais;
- e. o critério de avaliação deve ser mais específico, todos concordam que o número de publicações qualificadas é um instrumento necessário, mas não suficiente para um curso profissional, porém não se conseguiu propor outros produtos cuja qualidade possa ser assegurada de maneira precisa. A própria qualificação do corpo docente foi criticada, no que concerne o seu tempo de dedicação ao curso e à sua titulação.

6. SUGESTÕES FINAIS

Não se chegou a conclusões concretas e nem a propostas elaboradas, pelo grande número de dúvidas levantadas e pela grande necessidade que os coordenadores de cursos, presentes no evento, tinham de expor os seus problemas específicos. Por isso, está se apresentando um relação de sugestões à CAPES, que podem ser melhor elaboradas pela Diretoria, consultando o Conselho Técnico Superior:

- a. patrocinar de forma regular reuniões dos coordenadores de cursos de Mestrado Profissionais (ou de Programas que têm esse tipo de curso) na CAPES. Existem reuniões dos coordenadores com os representantes das áreas, mas nelas o Mestrado Profissional não tem destaque. Notou-se um grande entusiasmo dos coordenadores em conversar com representantes da Agência. O encontro da CAPES com os coordenadores pode ser feito nas reuniões do Fórum, que já está funcionando, mas parece mais produtivo realizar encontros em Brasília com agenda mais formal;



- b. continuar a difusão do Mestrado Profissional pela CAPES, pois ainda há dúvidas muito importantes no meio acadêmico e analisar a necessidade de ter cursos específicos para formação de docentes de ensino superior de instituições de ensino, que não são de pesquisa. Destacar nessa difusão as peculiaridades do curso profissional, como o perfil do aluno, o foco e demonstrando que os cursos reconhecidos mantêm o padrão de qualidade da CAPES;
- c. aprimorar a ficha específica da APCN (proposta de curso novo) esclarecendo melhor o que se entende de área de concentração, linha de pesquisa e pesquisa de um curso profissional;
- d. reanalisar a avaliação desses cursos, com instrumentos mais apropriados e valorizando a produção tecnológica. Talvez montar subcomissões específicas para eles.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem a colaboração dos professores Alice Itani (SENAC-SP), Evelyse Lemos (Instituto Oswaldo Cruz / FIOCRUZ) e Omar do IPT, docentes que atuam em cursos de Mestrado Profissional, que analisaram este artigo e o enriqueceram com correções e sugestões.

26/02/2007

Artigo inserido no site em dezembro de 2008